

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: 1oqx5c15  <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b>  18/12/2019  Projeto de lei nº 1282/2019  Protocolo nº 10963/2019  Processo nº 2481/2019</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. Ulysses Moraes</p>		

**Dispõe sobre a publicidade custeada pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado de Mato Grosso.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Em todos os anúncios publicitários veiculados pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado de Mato Grosso, deverá conter de forma clara o nome do órgão público e o valor total pago pela publicidade e sua veiculação.

Art. 2º No material de divulgação de eventos que receberem patrocínio dos órgãos mencionados no artigo 1º deverá ser informado o valor total destinado.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei para garantir sua execução.

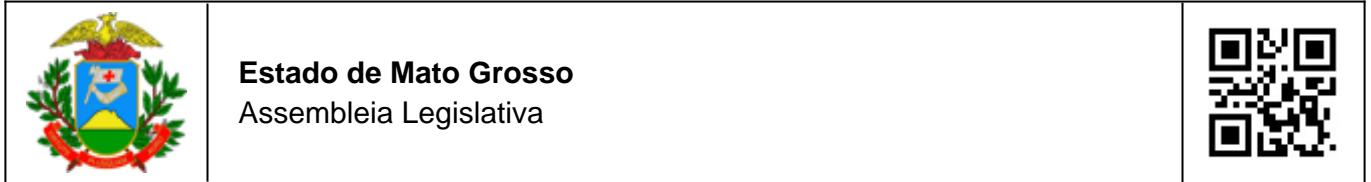
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição, inspirado em semelhante projeto de lei de autoria do Deputado Estadual de São Paulo, Heni Ozi Cukier (PL 610/2019), visa dar efetividade ao princípio da publicidade (art. 37, caput, da CF/88) nos anúncios publicitários oficiais, impondo a divulgação de forma clara do nome do órgão público e o valor total pago pela publicidade e sua veiculação.

É de conhecimento geral que o Poder Público dispense vultosas quantias de recursos para publicidade estatal. Contudo, o acesso aos valores gastos nesses anúncios publicitários é dificultado para a população em geral, prejudicando o acompanhamento e controle do contribuinte acerca da destinação dos recursos oriundos dos tributos por ele pago.

De acordo com informações disponibilizadas pela Casa Civil do Estado de Mato Grosso, após requerimento deste Deputado Estadual, foi informado que, no ano de 2019, somente até a data de 18/09/2019, o Governo



do Estado já havia contratado mais de R\$ 19 milhões.

Tal informação deve ser facilitada a toda a população, não apenas referente ao Poder Executivo, mas todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, como forma de aumentar a transparência e estimular a moderação no gasto do dinheiro público por parte dos gestores, que estarão sendo fiscalizados pelos contribuintes.

A transparência pública, portanto, como um dos principais meios de que a sociedade dispõe para exercer seu direito à informação, e como ferramenta primordial para o combate à corrupção e fiscalização da adequada destinação de recursos públicos em prol da população, deve ser sempre estimulada e aprimorada.

Assim, é certo que o presente projeto de lei estabelece a forma mais apropriada para a prestação de contas ao contribuinte sobre os gastos com publicidade custeados pela administração pública estadual, bem como limita – em tempos de necessária austeridade administrativa e contenção de custos –, por meio meio do controle social, os gastos com publicidade estatal não justificada.

Por tudo quanto exposto, entendemos como de fundamental importância, submeto aos nobres pares a presente proposta a qual solicito o devido apoio para sua análise e aprovação.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Dezembro de 2019

**Ulysses Moraes**  
Deputado Estadual